



Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas & Democratas no Parlamento Europeu



SOCIALISTAS PORTUGUESES
no Parlamento Europeu

EUROPA

SUPLEMENTO DO



FOTO PE

SOCIALISTAS NA EUROPA DEFENDEM PORTUGAL

BALANÇO - EURODEPUTADOS SOCIALISTAS CONFIRMAM UMA ALTERNATIVA DE CONFIANÇA

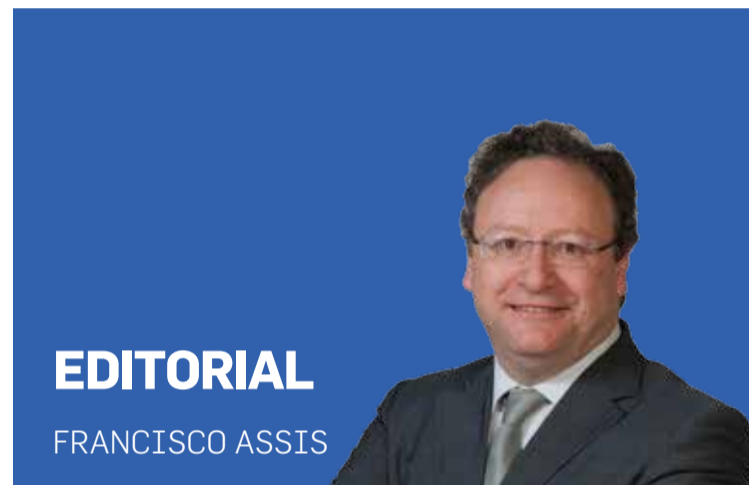
PÁG. 2 E 3



ENTREVISTA

CARLOS ZORRINHO
"UM ANO DE TRABALHO POR UMA UE MELHOR"

PÁG. 4



EDITORIAL

FRANCISCO ASSIS

“ Desde que tomou posse como Presidente da Comissão Europeia Jean-Claude Juncker revelou uma vontade reformadora que tem permitido a recuperação do prestígio institucional do órgão que dirige

A Europa está a viver tempos de mudança. Desde que tomou posse como Presidente da Comissão Europeia Jean-Claude Juncker revelou uma vontade reformadora que tem permitido a recuperação do prestígio institucional do órgão que dirige. Foi assim com o plano de promoção de um elevado volume de investimento público e privado tendente à modernização de infraestruturas imprescindíveis para o crescimento económico e a criação de emprego qualificado em toda a Europa, e volta agora a sê-lo com uma nova iniciativa empenhada no aperfeiçoamento da União Económica e Monetária. Neste segundo caso assiste-se também à participação de outras instâncias comunitárias, como é o caso do Parlamento Europeu.

O que se pretende com esta nova reforma? O reforço da capacidade de governação económica da zona euro. Para alcançar tal objectivo preconiza-se um aumento do controlo dos orçamentos nacionais, a criação de um Tesouro comum e a adopção de uma nova função de estabilização macroeconómica igualmente comum. Tudo isto significa um aprofundamento da integração europeia no plano das decisões económicas. Aumentará, decerto, a eficácia do processo de decisão. Vai, contudo, colocar novos problemas no domínio da legitimação democrática. Ora, isso obrigará à realização de um grande debate sobre a essência do projecto europeu – esse debate só pode ser bem-vindo.



FRANCISCO ASSIS

Na qualidade de presidente da delegação para as relações com o Mercosul, membro da comissão de Assuntos Externos (AFET) e membro da delegação à Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana, Francisco Assis desenvolveu no último ano uma vasta atividade na área da política externa. Destacam-se a sua defesa reiterada da concretização do acordo de livre comércio UE-Mercosul, que o levou ao Uruguai e ao Paraguai enquanto chefe de uma delegação de depu-



FOTO: PE

tados, a indicação como responsável do nosso grupo político para acompanhar a situação política na Venezuela, a participação na Missão de Observação Eleito-

ral às Presidenciais da Tunísia em nome do S&D e diversas intervenções sobre a questão ucraniana, o Estado Islâmico e o drama dos migrantes no Mediterrâneo. O deputado europeu foi ainda indicado como responsável do S&D, no âmbito da AFET, para elaborar um parecer sobre a utilização dos dados dos registos de identificação dos passageiros para efeitos de prevenção, deteção, investigação e repressão das infrações terroristas e da criminalidade grave.

Enquanto membro da subcomissão dos Direitos do Homem, Francisco Assis acompanhou e questionou a Comissão Europeia sobre vários casos de violação

dos Direitos Humanos na América Latina, no Médio Oriente e em África, para além de ter sido anfitrião de uma conferência sobre os Direitos dos Povos Indígenas no Parlamento Europeu.

Já como membro suplente da comissão dos Transportes e do Turismo, o deputado tem centrado a sua atenção na discussão sobre as Redes Transeuropeias de Transportes, com particular interesse nos projetos do corredor Atlântico, o qual atravessa Portugal. No âmbito da mesma comissão, Francisco Assis foi ainda indicado como responsável por 4 relatórios relativos à entrada da Croácia na União Europeia.

MARIA JOÃO RODRIGUES

Maria João Rodrigues foi eleita vice-presidente do Grupo S&D para as áreas da economia, emprego, mercado interno e agenda digital. Foi a primeira vez que Portugal obteve a vice-presidência dos socialistas em Bruxelas. Desde o início da legislatura, Maria João Rodrigues reúne-se com os comissários europeus e com os ministros do emprego, economia e finanças socialistas. Para além do papel decisivo para a implementação deste processo institucional

inovativo, Maria João Rodrigues foi responsável pela coordenação da bancada socialista em temas de grande relevância para a criação de emprego e para a reforma da União Económica e Monetária, por exemplo, apresentou uma proposta alternativa ao "Plano de Investimento Juncker", um "New Deal" para a UE, que contribua de maneira efetiva e credível para ultrapassar a crise da zona euro, e aprovou um plano socialista para a resolução do impasse nas negociações entre credores e o governo grego. A deputada socialista foi também porta-voz em importantes dossiês, nomeadamente na comissão



FOTO: PE

do Emprego e Assuntos Sociais, apresentando propostas para que os fundos europeus deem especial atenção à criação de emprego e a projetos prove-

nientes de países como Portugal. Mais recentemente, apresentou um conjunto de medidas que defendem que os Estados-membros devem priorizar a criação de emprego de qualidade e, mais concretamente, o investimento em setores com potencial relevante para a criação de emprego jovem. Completar a União Económica e Monetária, rumo à convergência e à solidariedade, e a revisão intercalar da Estratégia Europa 2020 para o emprego e para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, serão certamente temas prioritários na agenda de Maria João Rodrigues para os próximos meses.

CARLOS ZORRINHO

O convite que o então secretário-geral do PS António José Seguro me endereçou para integrar a lista do PS ao Parlamento Europeu tinha um contexto claro. Colocar a experiência que tinha adquirido no meu trabalho político nos domínios do conhecimento, da tecnologia, da inovação, da ciência e da energia em Portugal e na Europa ao serviço da definição de políticas ambiciosas nesses domínios no quadro da codecisão assumida pelo Parlamento Europeu.



FOTO: PE

Mais tarde os meus colegas atribuíram-me um mandato que muito me honrou para presidir à delegação do PS. Um mandato que implicou uma forte ligação

e apoio dos líderes do PS neste período, António José Seguro e António Costa. No plano das delegações internacionais fui eleito vice-presidente da delegação EU-Brasil e coordenador do S&D na Assembleia Europa-América Latina. Nesse contexto fui também designado copresidente do Fórum Latino, espaço do S&D para o debate transversal e alargado das políticas para a América Latina.

Com estes estimulantes desafios, o meu primeiro ano de eurodeputado foi uma experiência muito rica e gratificante. Envolvi-me profundamente na definição da União da Energia e da União Digital. Fui o relator numa importante proposta de

decisão sobre soluções de interoperabilidade. Coordenar a delegação foi um trabalho facilitado pela enorme qualidade da nossa equipa. Procurei também nunca perder a ligação com os eleitores e manter com eles uma permanente interação usando os vários instrumentos e ferramentas disponíveis e participando em centenas de encontros e debates. Em síntese, este foi um ano em que aprendi muito e realizei tudo o que pude. Entro no segundo ano deste mandato fortemente motivado e com um objetivo primordial. Ajudar o PS a vencer as próximas eleições legislativas para bem dos portugueses e da UE em que acredito.

ELISA FERREIRA

Foi um ano muito intenso e diversificado. No novo Parlamento Europeu voltei a ser membro titular da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON), e reconfirmada como porta-voz (coordenadora) de todos os eleitos socialistas. Começámos com a instalação da nova Comissão Europeia (CE), onde conseguimos um equilíbrio relativamente aceitável entre comissários liberais e socialistas e em que o nosso apoio a Jean-Claude Juncker para suceder a Durão Barroso foi feito no quadro de um pacote de contrapartidas, sobretudo na área da ECON, que incluiu uma iniciativa para o investi-

mento - o fundo Juncker, que acabou de ser votado - e uma abordagem diferente para as regras de governação económica (o pacto de estabilidade e crescimento - PEC). Neste última frente ainda não conseguimos tudo o que queríamos, mas houve alguns avanços positivos que permitirão finalmente que os países que já estão fora dos procedimentos por défice excessivo beneficiem de uma série de flexibilizações que já estavam no texto da lei mas que nunca foram aplicadas, por opção de Durão Barroso.

Concluimos por outro lado toda a legislação secundária de nível dois (o que em português seriam portarias) resultante do pacote legislativo aprovado no anterior mandato sobre a supervisão e resolução única dos bancos, enquanto



FOTO: PE

mantemos na agenda o terceiro pilar da união bancária, a garantia comum dos depósitos até 100 mil euros.

Temos também em curso uma reflexão sobre o futuro da união económica e monetária.

Fui entretanto escolhida enquanto co-relatora de uma comissão parlamentar especial - TAXE - criada pelo PE para abordar, finalmente, um assunto que foi tabu durante tempo demais e que tem a ver com a estratégia deliberada de muitos estados membros do euro de tudo fazerem para captar as bases tributárias que deveriam dar origem a pagamento de impostos nos países vizinhos, o que tem como consequência um agravamento insuportável da carga fiscal sobre os cidadãos e as PME's que não têm maneira de fugir. Este é um tema que tem de entrar definitivamente e sem tardar na agenda europeia sob pena de haver uma perda de credibilidade total da agenda europeia perante os cidadãos.

RICARDO SERRÃO SANTOS

Este primeiro ano de mandato foi intenso e desafiante. No topo da minha agenda estiveram o "crescimento azul" e o fim das quotas leiteiras. No momento atual do conhecimento científico, a sustentabilidade ambiental e a cooperação internacional são fatores chave para fomentar economias saudáveis e para o "crescimento azul". Desenvolvi um conjunto de ações que visaram sensibilizar as instituições europeias para a urgência de



FOTO PE

ser disponibilizada informação fiável e acessível de forma livre a todas as partes que a devem poder interpretar

e partilhar. Envolvi-me, muito particularmente, no desenvolvimento da Declaração de Galway, uma aliança para o conhecimento e a investigação do Oceano Atlântico que une a União Europeia, os Estados Unidos e o Canadá. A questão da liberalização do mercado europeu do leite, em virtude do desmantelamento do regime de quotas leiteiras, obrigou a uma atenção permanente ao tema e simultaneamente ao desenvolvimento de uma agenda vigorosa na defesa das especificidades da produção leiteira nos Açores que representa 30% do leite e 50% do queijo português. Envolvi-me

neste debate enquanto relator-sombra para o "relatório do leite". O texto do relatório, já votado em Comissão, contempla uma parte significativa das propostas que fizemos. Como é o caso do reforço do POSEI, da garantia da produção de leite em todo o território europeu, do aumento do preço de referência da intervenção e da necessidade de criar um quadro regulamentar para as relações com a grande distribuição.

Manter-me-ei firme nos meus propósitos: menos liberalismo no mercado do leite e uma aposta cada vez mais efetiva nas potencialidades do mar.

ANA GOMES

Um ano passado sobre o início do meu terceiro mandato como deputada do PS ao Parlamento Europeu (PE) vi aprovado o primeiro relatório de minha autoria nesta legislatura. Produzi para a Comissão dos Assuntos Externos e Subcomissão de Segurança e Defesa do PE um relatório sobre a evolução nos mercados de defesa europeus e o impacto sobre as capacidades militares da UE, antecipando o debate do Conselho Europeu sobre Defesa. Sublinhei a importância da aplicação das duas directivas de mercado interno no domínio das contratações, aquisições e

transferências de equipamento militar para garantir a autonomia estratégica da UE, especialmente quando os desafios de segurança dentro da UE e na sua vizinhança (Rússia, Síria, Iraque, Líbia, Mali) exigem actuação coordenada entre os Estados Membros. Destaco também a intervenção na Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos, a par da Comissão dos Assuntos Externos, sobre como dar resposta ao afluxo de migrantes e refugiados e à crise no Mediterrâneo. Fui pioneira a defender a necessidade uma missão no Mediterrâneo para, primeiro, salvar vidas e, também, atacar as redes de tráfico de seres humanos. Representei o Grupo S&D nas negociações para a revisão da Diretiva anti-branqueamen-



FOTO PE

to de capitais. Integro a Comissão Especial sobre acordos fiscais e outras práticas equivalentes, encarregue de analisar as práticas fiscais agressivas de vários Estados membros da União Europeia, no seguimento do escândalo

"LuxLeaks". Defendo a necessidade urgente de harmonização fiscal (de modo a evitar a situação atual de deslocalização das principais empresas portuguesas para a Holanda para beneficiar dum regime fiscal mais leve) na UE e venho denunciando medidas fiscais iníquas praticadas pelo governo português, nomeadamente a amnistia fiscal de 2012 que permitiu a cidadãos e empresas regularizarem fortunas parquadas no exterior e não declaradas ao Fisco, as isenções fiscais para SGPS e fundos imobiliários e outros esquemas de benefícios fiscais que podem equivaler a "acordos fiscais" à semelhança dos que vieram ao conhecimento público no escândalo "LuxLeaks".

PEDRO SILVA PEREIRA

No primeiro ano de mandato de deputado no Parlamento Europeu (PE), Pedro Silva Pereira, que é membro de três comissões parlamentares - Assuntos Constitucionais (AFCO), da qual é vice-presidente, Comércio Internacional (INTA) e Desenvolvimento (DEVE) - trabalhou, essencialmente, em três áreas distintas que têm contribuído para a mudança na Europa e em Portugal: a reforma institucional da zona euro, o comércio internacional e a ajuda ao desenvolvimento.



FOTO PE

Desde logo, e enquanto representante do grupo socialista no relatório de opinião da AFCO sobre a reforma institucional da União Económica e Monetária (UEM), contribuiu para o reconhecimento da ne-

cessidade de um reforço da legitimidade e do controlo democrático das decisões da zona euro e para a afirmação da dimensão social da UEM, numa lógica de coesão e convergência essencial ao projeto europeu. Pedro Silva Pereira tem também defendido a necessidade de utilizar o comércio internacional, respeitador das normas laborais e do desenvolvimento sustentável, como alavanca numa nova agenda europeia para o crescimento e a criação de emprego. Nesta área, foi designado relator permanente do PE para o acordo de comércio UE-Japão, que se encontra em fase de negociações, e acompanha diretamente o desenvolvimento das negociações dos

acordos de comércio e investimento entre a UE e os EUA (TTIP) e a UE e o Canadá (CETA). Por fim, foi o autor do relatório do PE que exige a necessidade de assegurar um quadro estável e calendarizado do financiamento da ajuda ao desenvolvimento para o período 2015-2030 de forma a combater a pobreza e as causas estruturais de tragédias humanitárias como os fluxos migratórios desesperados no Mediterrâneo.

Foi um primeiro ano de mandato muito ativo, com intervenção relevante em temas essenciais para a mudança que o Partido Socialista e os portugueses exigiram nas eleições europeias de há um ano. Um bom começo.

LILIANA RODRIGUES

Kafka disse que "apenas devemos ler os livros que nos picam e nos mordem", porque "se o que lemos não nos desperta como um murro no crânio, não vale a pena lê-lo". Encaro assim a política e o desafio do Parlamento Europeu. Foi um ano de trabalho e de aprendizagem. Tenho presente que o que sei é sempre pouco e habituei-me a pensar por mim mesma. A menoridade intelectual, aquela que resulta de abdicarmos

de um uso autónomo da razão, é algo que me aflige. Há esse risco, na vida como na política.

Centrei-me nos direitos das mulheres e no que, pela educação, podemos fazer no sentido de uma sociedade mais igual e plural. Interessei-me por um desenvolvimento regional que utilize de forma rigorosa os fundos comunitários e que, ultrapassando a dimensão dos números, se traduza na melhoria da vida das pessoas. Não são áreas inconciliáveis, o desenvolvimento não pode ser feito à revelia dos direitos, nem tudo pode ser moeda de troca. A UE terá de se constituir como



FOTO PE

exemplo moral e não abdicar dos seus princípios. A economia e as finanças se-

rão sempre um meio, nunca um fim em si. Sei que a ética e a política devem caminhar juntas, que a primeira é condição para que a segunda se realize.

Sei que sozinha não poderei mudar o mundo ou a UE. Mas não fecho os olhos, isso seria compactuar com a barbárie, e tenho a palavra, a voz que me foi confiada pelos cidadãos. O resgate moral não pertence a um indivíduo, mas continuarei a insistir dentro daquilo que me cabe, sabendo das derrotas que sempre nos acompanham e que com elas também nos moldamos. Vamos caindo melhor e tentando não defraudar quem em nós acreditou.

CARLOS ZORRINHO
PRESIDENTE DA DELEGAÇÃO
DO PARTIDO SOCIALISTA NO
PARLAMENTO EUROPEU

Um ano de trabalho por uma UE melhor



Qual o balanço que faz deste primeiro ano de mandato da delegação socialista portuguesa no Parlamento Europeu?

Faço um balanço muito positivo. Esta legislatura foi iniciada em plena crise financeira e económica e que foi desde o seu início marcada pela eleição de um presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, previamente sufragado pelos eleitores e pela aprovação de um programa resultante da cooperação entre as duas maiores famílias políticas da União.

A eleição de Juncker num quadro em que nem o Partido Popular Europeu nem os Socialistas e Democratas têm mandatos suficientes para se dispensarem mutuamen-

te das soluções estruturantes, conduziu à aprovação de um programa de ação que incorporou importantes propostas e soluções inspiradas pelos Socialistas. O Parlamento Europeu e o desempenho dos Socialistas ganharam mais peso e responsabilidade.

E como tirou a delegação portuguesa oportunidade dessas novas circunstâncias?

Com uma equipa de oito eurodeputados fortemente motivados e preparados e com assistentes e assessores experientes e dedicados, a nossa missão tem sido ao longo deste ano trabalhar afinadamente para que as propostas socialistas vejam a luz do dia quanto antes, criando condições

para que a Europa da austeridade, da pobreza e do desemprego, dê origem de novo a um espaço comum de oportunidades, paz, cooperação e crescimento sustentável.

Nem tudo aquilo porque pugnámos foi conseguido, mas foram dados passos determinantes, como o regresso do investimento público às prioridades europeias, simbolizado pelo Fundo Juncker e a flexibilização da interpretação do Tratado Orçamental, que permitiu um mais fácil financiamento das economias e maior espaço de manobra para as políticas de crescimento e emprego. Prosseguiu-se a aplicação dos mecanismos de supervisão bancária e foi criada uma importante comissão de in-

quérito às práticas fiscais agressivas que inclui dois eurodeputados socialistas portugueses. Foram também lançadas ambiciosas políticas de transição energética e aproveitamento das oportunidades da revolução digital.

Que impacto tem tido a ação dos eurodeputados na realidade nacional?

Para além de várias intervenções concretas nas suas áreas de especialidade, um ano de trabalho no Parlamento Europeu permitiu aos eurodeputados do PS contribuírem para mudar as condições institucionais económicas e políticas para que seja possível acabar com as políticas de austeridade em Portugal. A atual coligação

no poder decidiu no entanto mantê-las por motivação ideológica e já anunciou que as manterá se vencesse as próximas eleições legislativas.

O nosso trabalho precisa agora de um próximo passo para ter ainda mais sentido. Um passo que depende de todos os portugueses. Precisa de um Governo do PS para colocar ao serviço das pessoas as novas oportunidades que foram sendo criadas no plano Europeu.

Como se articulam os nossos deputados e como tem funcionado a delegação?

A nossa delegação cobre os diversos comités e funciona de forma articulada e transversal. Desde o início fazemos reuniões semanais de coordenação e debate interno e temos uma participação ativa na definição da agenda do Grupo político que integramos (Socialistas e Democratas – S&D). Trabalhamos também em articulação permanente com os órgãos do Partido e procuramos manter uma forte ligação à sociedade civil. É sempre ingrato fazer a auto avaliação do trabalho feito. No entanto como presidente da delegação sinto-me satisfeito com o caminho prosseguido e consciente que a aprendizagem coletiva permitirá melhorar ainda mais no futuro a qualidade da nossa resposta.

B R E V E S

■ Foi aprovada no Parlamento Europeu uma resolução sobre direitos humanos preparada e negociada com os restantes grupos políticos por **Francisco Assis**. Este texto teve por base o trágico caso de uma menina paraguaia de 10 anos que foi violada pelo seu padrasto e à qual foi negado o direito a abortar. O documento procurou chamar a atenção para a violência física, sexual e psicológica contra as mulheres nos países da América Latina, onde o fenómeno atinge historicamente proporções alarmantes, e para a necessidade de combater estas graves violações dos direitos humanos. Francisco Assis foi nomeado pelos socialistas europeus para chegar a um consenso com os restantes grupos políticos de forma a aprovar uma resolução o mais abrangente possível, tendo obtido o apoio de todos exceto o dos conservadores e o do grupo de centro-direita no qual estão incluídos os deputados do CDS e do PSD.

■ António Costa e **Maria João Rodrigues** foram oradores na sessão "Unidos pela Criação de Emprego", durante o último congresso do Partido Socialista Europeu, em Budapeste. O objetivo do painel foi apresentar a resposta dos partidos socialistas a problemas relacionados com a inclusão, com o combate às desigualdades e com sustentabilidade do estado social. O congresso foi palco de vários debates e aprovou uma estratégia favorável ao crescimento económico. Os socialistas europeus apresentaram uma alternativa credível às atuais políticas pautadas por medidas de austeridade.

■ **Carlos Zorrinho**, coordenador S&D na EuroLat e membro da sua comissão de Desenvolvimento Sustentável, Ambiente, Política Energética, Investigação, Inovação e Tecnologia, apresentou o documento sobre a "Agenda Digital na União Europeia – Uma apreciação no contexto das relações União Europeia", do qual é co-relator, durante a 8ª sessão plenária ordinária da Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana, que decorreu em Bruxelas. Ao intervir na sessão de Estrasburgo sobre "Estratégia Europeia de Segurança Energética", Zorrinho identificou como adequados os pilares previstos para a segurança energética: mais eficiência, mais produção própria com prioridade às energias renováveis e amigas do ambiente, liderança tecnológica, existência de mercado integrado com fortes interligações. Para o eurodeputado "a aplicação desta estratégia implica um mercado único e uma União da Energia", por um lado, e o reforço dos "níveis de planeamento e regulação supranacionais". Por outro lado, o relatório ISA2 da autoria de Carlos Zorrinho foi aprovado na comissão da Indústria, Investigação e Energia por larga maioria.

■ Terminaram as delegações de eurodeputados a seis países no âmbito da Comissão Especial do Parlamento Europeu encarregue de analisar as práticas fiscais agressivas dos países europeus - TAXE - de que **Elisa Ferreira** é co-relatora. Na Bélgica, Luxemburgo, Irlanda, Holanda, Suíça e Reino Unido, o

panorama é o mesmo: acordos mais ou menos secretos concluídos entre administrações fiscais e multinacionais permitem a estas últimas transferir lucros para jurisdições com taxas de imposição artificialmente baixas, privando os países onde estas empresas desenvolvem o essencial da sua atividade económica de receitas fiscais cruciais. Estas são práticas que Elisa Ferreira considera totalmente imorais e que quer corrigir rapidamente ao nível europeu.

■ **Ricardo Serrão Santos** foi indicado relator-sombra para "as pescas no quadro dos acordos internacionais sobre biodiversidade marinha em áreas para além da jurisdição nacional". Trata-se de um relatório de iniciativa da comissão de Pescas do Parlamento Europeu que analisará a progressiva aplicação das possibilidades previstas na Convenção da Lei do Mar da Organização das Nações Unidas e na nova Política Comum de Pescas. É expectável que as normas aprovadas sejam precursoras de uma nova postura da União Europeia quando em pesca em alto mar, detendo particular atenção às questões da preservação e recuperação das espécies marinhas.

■ **Ana Gomes** escreveu às comissárias do Mercado Interno e da Concorrência, à PGR e ao Presidente do Tribunal de Contas a denunciar a decisão do Conselho de Ministros de atribuir à West Sea/Martifer o contrato para construção de dois navios-patrolha

oceânicos para a Marinha por adjudicação direta, sem concurso público, na sequência da subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Para a deputada socialista, esta é mais uma decisão que demonstra claramente o favorecimento do Governo a privados.

■ **Pedro Silva Pereira** integrou a delegação do Parlamento Europeu à reunião da Assembleia Parlamentar Paritária África, Caraíbas e Pacífico - União Europeia, que decorreu em Suva, e que foi dedicada ao tema dos "Mares e Oceanos". Neste encontro debateram-se também vários temas da agenda de desenvolvimento, como a educação, o financiamento do investimento e comércio, bem como a situação dos direitos humanos. Recorde-se que Pedro Silva Pereira é o relator do Parlamento Europeu para o financiamento ao desenvolvimento no pós-2015.

■ **Liliana Rodrigues** foi convidada pela subcomissão dos Direitos do Homem para uma deslocação à Turquia. Esta visita de trabalho, que deverá realizar-se no último trimestre deste ano, pretende fazer uma avaliação dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do respeito, valorização e ações realizadas em detrimento dos direitos do homem. Para a visita estão preparadas reuniões com as entidades locais, mas também com organizações de ajuda humanitária e membros da sociedade civil.